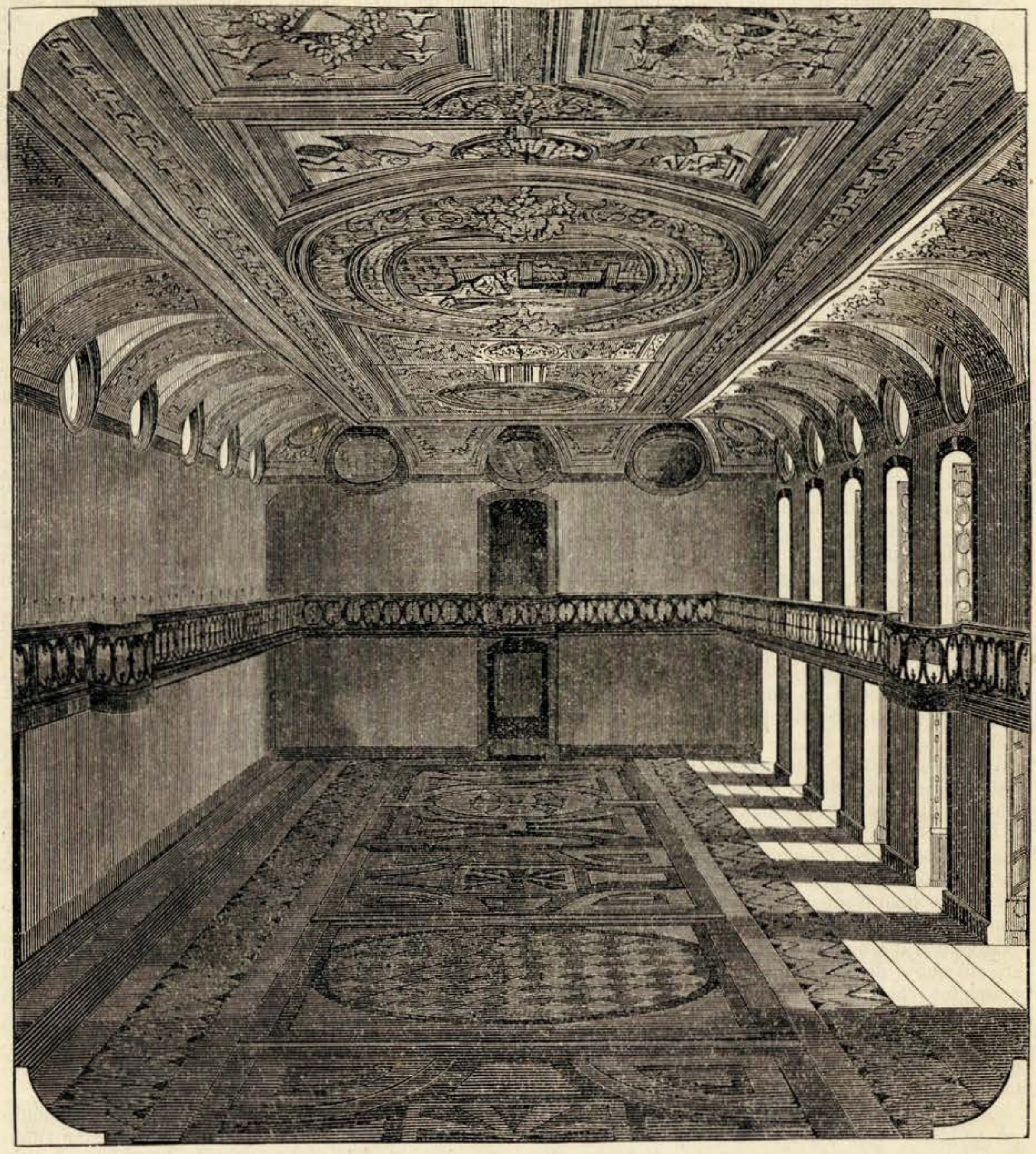


Sala da Bibliotheca do mosteiro de Alcobaça [1]

Quem viaja pelo interior do nosso paiz tem sempre diante dos olhos, em a propria natureza inanimada, a imagem fiel da vida humana. A cada passo que dá vê retratarem-se nos monumentos e paizagens a mocidade e a velhice, a alegria e a tristeza, o prazer e a dor, a felicidade e a desventura, os caprichos da sorte, as vaidades do mundo e o desengano d'ellas, a grandeza, finalmente, do poder do homem e a fragilidade d'esse poder.

Nas scenas da natureza, aqui monotonas e melancolicas, ou agrestes e horriveis, alli variadas e aprazíveis, resplendentes de alegria e formosura, estão representados, sem dúvida, o riso e o pranto, a ventura e a desgraça, como no volver das estações as edades do homem desde o berço até á sepultura. Porém, nos edificios em geral, e sobre tudo em os nossos monumentos, é que se ostenta mais perfeita aquella analogia.

Visitae esses grandes mosteiros, que uma lei mandou conservar como monumentos nacionaes, e que a incuria dos governos, o nosso proverbial desleixo, votou ao abandono e esquecimento.

Levantados em honra de Deus, e para commemorarem as glorias do homem, surgiram da terra tão agigantados e fortes, que pareciam feitos para zombar dos seculos.

Quantos dons a felicidade póde dispensar aos seus protegidos lograram-n'os elles com largueza. Enriqueceu-os a historia com tradições gloriosas, a arte com os seus primores, os soberanos com rendas con-

[1] Vid. sobre o mosteiro de Alcobaça, os artigos e gravuras publicados no vol. VI.

sideraveis, os fieis com alfaias preciosas, e os seus habitadores com as luzes da intelligencia, com os fructos sazonados da sabedoria, e com exemplos edificantes de todas as virtudes christãs.

Na sua mocidade abrigaram dentro em si instituições tão robustas e beneficas, que constituiam poderosos elementos de civilisação no meio d'essa anarchia de idéas sociaes e governativas chamada *edade média*.

Então eram venerados como verdadeira casa do Senhor, respeitados como mansão de justos, auctorisados como alcaçar da sciencia, e abençoados como albergue de desvalidos.

Correram os seculos; a civilisação, na sua marcha, foi completando novas phases, durante as quaes foram envelhecendo as instituições, á maneira que iam deixando de corresponder ás necessidades do corpo social. E pela mesma razão que envelheciam se afrouxavam e corrompiam os laços que as prendiam á sua origem.

Assim perderam os mosteiros a sua significação primitiva, e com ella a merecida e benefica influencia que exerciam na sociedade. Todavia, não obstante essa perda, e a transformação do viver de seus moradores, que trocaram a antiga frugalidade e austeridade pelos regalos e doçuras da vida, ainda os mosteiros conservaram por largos annos, n'esse segundo periodo da sua existencia, certa auctoridade que lhes provinha do saber e virtudes de alguns dos seus filhos, e não pouca influencia, para fallarmos com sinceridade, mais devida ao respeito pelo passado, e ao fanatismo dos povos, que a outros titulos justos e honrosos, embora possuissem alguns, e entre estes a caridade que ainda então n'elles se exercia, mas que era em grande parte contrapesada por muitas práticas oppressivas e vexatorias, mesmo pondo de lado a questão da conveniencia publica d'essa caridade, pelo modo por que a exercitavam.

Remoçados durante esse periodo, com honra ou descredito dos reedificadores, segundo se respeitou ou affrontou a arte n'essas reformas materiaes, os seus fastos ainda foram accrescentados com paginas brilhantes, umas doiradas pelo esplendor das festas e pela opulencia da ordem; outras reluzentes com o brilho de nomes que honravam o pulpito e illustravam a litteratura patria.

Continuou o tempo a correr, e a civilisação a avançar, até que o desenvolvimento natural dos seus progressos fez rebentar entre nós a lucta das novas idéas, representantes das novas necessidades, com os velhos principios constitutivos da sociedade. A lucta accendeu as paixões. Estas, na sua violencia e cegueira, desataram ou fizeram afrouxar muitos laços sociaes, augmentando a corrupção dos costumes.

A molestia de que enfermou o corpo social não podia deixar de invadir os claustros, achando-se elles em tanto contacto com o seculo.

Assim entraram os mosteiros no terceiro periodo da sua existencia, periodo que percorreram rapidamente pelo impulso da decadencia moral das instituições, filha de varias causas anteriores, e agora precipitada pela intervenção religiosa nas luctas politicas.

Tomando parte activa n'essa guerra sem tregoas, travada entre o principio absoluto e o liberal, jogaram uma partida sobre a sua existencia. Pelos effeitos naturaes da sua propria decadencia moral, não souberam apreciar, não comprehenderam, não viram, como em taes casos nunca vêem as instituições caducas, as tendencias e a força irresistivel do progresso humanitario. Este deu a palma do triumpho ao principio liberal, que, ao entoar o hymno da victoria, teve o cuidado de decepar os braços que mais lh'a disputaram.

Os contemporaneos têem julgado este acto de anniquilação de diverso modo: uns desculpando-o ou louvando-o, outros censurando-o ou fulminando-o. Cremos profundamente que, depois de extinctas as paixões que tumultuaram n'aquella lucta, a historia imparcial ha de classificar esse acto como uma necessidade da nova ordem de coisas, como a pedra fundamental da estabilidade do systema representativo em o nosso paiz. No que serão accordes, certamente, os juizos dos contemporaneos e dos vindoiros, é em estygmatisarem como acto de barbaridade o procedimento dos governos liberaes pela falta de cumprimento das suas promessas, apropriando-se de immensas riquezas dos conventos, e votando á miseria os seus legitimos possuidores.

Relevem-nos os nossos leitores esta pequena divagação, pois não temos o proposito de discutir a parte moral da questão, nem a importancia da materia consente ser tratada por incidente. O alvo a que miràmos são os edificios dos mosteiros, principalmente os que a arte e a historia decoraram com o titulo de monumentos nacionaes.

Pela suppressão das ordens religiosas começou, por conseguinte, para esses edificios o quarto periodo da sua existencia. Despovoados repentinamente, foram logo despojados de todas as suas alfaias. Pouco antes altivos pelo seu poderio, soberbos por sua opulencia, e animados por uma população numerosa, viam-se agora, como corpo sem alma, abandonados, desprezados, e entregues á acção destruidora do tempo!

Tal como succede na vida do homem, os tempos felizes d'esses edificios eram passados, e o infortunio batêra-lhes á porta com mão pesada e inexoravel.

Debalde levantavam a voz em seu favor tradições gloriosas, memorias venerandas, jazigos de reis, tumulos de heroes, sepulturas de sabios. Em vão pedia a arte que lhes conservassem os seus primores. Debalde clamava a sciencia economica que os monumentos, ainda mesmo despidos da significação moral, considerados só materialmente, representam verdadeira riqueza publica, pela qual os governos tem obrigação de velar. Inutilmente se ergueram na imprensa brados patrioticos. Tudo foi baldado. A sorte adversa d'estes edificios, a infelicidade d'estes illustres proscriptos, tinha mais força que todos aquelles justissimos clamores, que todos os verdadeiros interesses do paiz.

Vejam como actuam os caprichos da fortuna até na materia bruta, nos proprios seres inanimados; pois não sabemos explicar de outra maneira a obstinação com que os poderes publicos fecharam os ouvidos, em tão longo curso de tempo, a todo o genero de reclamações para a conservação dos monumentos nacionaes.

Felizmente, devemos dizel-o bem alto por honra do paiz, a acção governativa começa a prestar attenção a este assumpto importante. Acudiu-se com reparos ao edificio de Mafra, vae adiantada a restauração do da Batalha, e em bom caminho a do de Belem.

Todavia, ha ainda outros monumentos, ricos de arte e de recordações historicas, que pedem promptos cuidados para os preservarem da ruina. O seu catalogo não é tão curto como muita gente pensará. São poucos os edificios, não ha duvida, que a lei designou como monumentos nacionaes; mas ainda se vêem espalhados pelo paiz muitos outros que devemos classificar como taes, salvando-os da ruina que os ameaça, se por ventura queremos reivindicar os foros de nação civilisada.

Porém, se não temos esforço para acudir promptamente a todos, attenda-se pelo menos aos principaes d'entre os que ainda esperam que se voltem para elles os desvelos do governo.

O convento de Christo, em Thomar, e os mosteiros de Santa Cruz de Coimbra e de Santa Maria de Alcobaça, são tres livros de pedra com paginas glorio-

sissimas dos fastos de Portugal, enriquecidas de honrosos brazões do seu desenvolvimento artistico. E apesar de taes titulos á consideração publica, jazem esquecidos, sobre tudo o primeiro e o ultimo, filtrando-se-lhes as aguas da chuva através das abobadas, e açoitando-lhes as paredes interiores a tempestade que penetra livremente por muitas janellas despedaçadas!

Hoje, que todos desejâmos e procurâmos, á custa de grandes sacrificios, entrar no gremio das nações cultas, precisâmos mais que nunca attender á conservação e restauração dos monumentos. Até agora apenas tinhamos no reino dois pontos visitados de estrangeiros, Lisboa e Cintra. O estado deploravel das estradas, que chegaram a tal ruina que houve quem visse n'ellas o mais forte baluarte da nossa independencia, fechava o interior do paiz aos estranhos. Se algum excessivamente curioso ahi penetrava, arrostando perigos e privações, lançava, ou tinha razão para lançar, á conta das nossas discordias civis, a incuria e desleixo que observava na viação publica, e o abandono e desprezo em que eram tidos os monumentos.

Actualmente mudaram as circunstancias, e mudarão de dia para dia cada vez mais. Já possuimos uma grande extensão de boas estradas macadamisadas; já o reino se acha atravessado por caminhos de ferro em quasi todo o seu comprimento e largura; já começam os estrangeiros, que demandam Lisboa, a percorrer o interior do paiz, em procura do que n'elle ha mais digno de se ver; já, por grande felicidade nossa, acabaram as revoluções que serviam de desculpa plausivel a todos os desmazelos ministeriaes. E para complemento do quadro, em breve estará concluido e aberto á circulação o caminho de ferro que nos ha de ligar com toda a Europa.

E que dirão de nós os estrangeiros se virem então no mesmo estado que ao presente o mosteiro de Alcobaça, o monumento coevo com a fundação da monarchia, o pantheon de tantos reis e principes, o logar memoravel onde se guardam em preciosos mausoleos os restos mortaes de D. Pedro I e de D. Ignez de Castro, nomes, graças ao genio de Camões, tão conhecidos na Europa como o de Portugal? Que dirão, se virem maltratado e ameaçando desmoronar-se o convento de Thomar, tão rico de arte como de memorias dos templarios, dos cavalleiros de Christo, do grande infante D. Henrique, e do rei D. Manuel, o afortunado? Hão de dizer, necessariamente, que estão em terra de barbaros, sem embargo de todos os nossos esforços para nos apresentarmos a seus olhos como um povo civilisado.

Oxalá que os poderes publicos nos poupem a esta vergonha, que bem o podem fazer com pequeno sacrificio, consignando uma verba, embora diminuta, para a conservação e restauração d'aquelles dois edificios, e do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, como se praticou com o da Batalha, que ora podémos mostrar com orgulho aos nossos hospedes.

Foi a gravura que precede este artigo que nos suscitou esta serie de considerações. Vendo n'ella representada aquella grandiosa sala que foi bibliotheca do mosteiro de Alcobaça, e que hoje está erma e nua, completamente despojada de seus livros e estantes, e de todos os seus ornamentos moveis, não podémos conter os desafogos da nossa magoa, e as impressões que sentimos todas as vezes que contemplâmos em tamanho desamparo, aquellas sentinellas mudas dos seculos que presenciaram a nossa passada grandeza, aquelles nobilissimos padrões da gloria de Portugal!

A nossa gravura, copiada de uma photographia, mostra metade da sala, ou pouco mais, pois que o centro lá se vê marcado no pavimento com uma figura circular enxadrezada. Não é proporcionada a altura com a vastidão da sala. Se tivera maior elevação offereceria um aspecto muito mais grandioso. Apesar da sua extensão, é muito alegre, porque uma das paredes em todo o comprimento da sala está aberta em grandes janellas, com seus oculos por cima, correspondendo a estes outros oculos eguaes na parede fronteira. O pavimento é de marmore de côres em mosaico; e o tecto de obra de estuque e pintura, não de muita perfeição, mas vistosa. As paredes, hoje nuas, vestiam-se outr'ora com as estantes dos livros, e por cima d'estas com paineis a oleo, com laminas e figuras de alabastro.

Não havia em tudo isto coisa alguma de primor de arte; comtudo, taes ornatos davam á sala uma certa perspectiva de magnificencia, que encantava a quantos a viam.

Foi, sem duvida, um acto de vandalismo despojal-a dos adornos que lhe formavam uma feição tão particular, e que fóra d'alli pouco valor podem ter.

Depois do que expozemos ácerca do estado geral do edificio de Alcobaça, admirar-se-hão, por certo, os nossos leitores de lhe dizermos agora que a sala da bibliotheca está bem conservada. Dando-lhes esta boa nova, é justo que accrescentemos que se deve essa conservação ao sr. conselheiro Hermenegildo Augusto de Faria Blanc, digno deputado pelo circulo de Alcobaça, o qual solicitou e conseguiu o concerto do telhado correspondente á mesma sala.

A bibliotheca de Alcobaça contava perto de vinte e cinco mil volumes, em que avultavam muitas obras raras, e entre estas algumas impressas pelo proprio Guttemberg. Porém os manuscriptos é que constituiam a sua principal riqueza, e a tornavam celebre em o nosso paiz. Conforme o catalogo que se publicou em 1775 passavam de quatrocentos os codices manuscriptos, nos quaes se continham importantes noticias e valiosos documentos para a historia de Portugal.

Em 1834 foi recolhida a Lisboa esta livraria, depois de empobrecida por effeito de muitos extravios. Entretanto, quasi todos aquelles preciosos codices, e muitas edições raras, no mais perfeito estado de conservação, existem actualmente na bibliotheca publica de Lisboa.

I. DE VILHENA BARBOSA.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE INSTRUCÇÃO PUBLICA

I

Debatem-se renhidamente nos pontos mais cultos da Europa as gravissimas questões que dizem respeito á instrucção do povo; em França versam todas as discussões sobre o ensino gratuito ou não gratuito, concentram-se todas as intelligencias no estudo das razões que militam a favor de um ou de outro d'esses dois principios, e os homens politicos, depostas as armas das luctas partidarias, procuram com afinco resolver o problema, cuja solução definitiva tanto importa á humanidade. Em Inglaterra a iniciativa particular e a iniciativa governamental, impellidas pela mais nobre de todas as rivalidades, pela mais sublime de todas as emulações, porfiam em dissipar as trevas espessas, para onde milhões de causas, insuperaveis em qualquer paiz menos energico, arrojam as classes proletarias. Redobram as experiencias, os esforços, os inqueritos, os relatorios, tudo se tenta, aproveitam-se todos os raios de luz, acolhem-se os fios de todas as Ariadnes, e governo, clero, particulares, embebidos na sua tarefa santa, gloriam-se todos os dias de uma victoria, enthusiasmam-se com a conquista de um palmo de terreno, cedido pela ignorancia e pela depravação á fada, trina e luminosa, que se chama civilisação moral, material e intellectual.

Regala-se um homem de ser portuguez, ao comparar a azafama, o bulicio dos outros paizes com o despreoccupado socego d'este solo em que tivemos a dita de nascer. Vive-se bem aqui! Ninguem se lembra de quebrar a cabeça com coisas que, por fim de contas, nem valem um bom logar na alfandega, nem são capital que renda cincoenta por cento. Bem diz o rifão: Quem é pobre não tem cuidados. Em França, em Inglaterra, onde abundam os meios de se instruir o povo, onde fervem as escholas, onde a instrucção está derramada mais ou menos por todas as classes, todos se entregam á louca ambição de propagarem cada vez mais as luzes, de realisarem, o melhor que possam, a formosa utopia dos modernos Orpheos: «Illustração universal». Aqui, onde as escholas definham á mingua de recursos, onde o corpo docente arrasta uma existencia atribulada, onde a instrucção primaria é manjar privilegiado de poucos, e não alimento commum, aqui todos parecem deliciar-se com o estado das coisas, e acreditar, como o doutor Pangloss, que vivemos uma vida invejavel no melhor de todos os mundos possiveis.

De quem é a culpa? Da indolencia dos ministerios, ou da preguiça dos populares? Sempre que se formular esta pergunta, ha de se ouvir a mesma resposta: «De ambos»; porque é incontestavel que todos os males que corroem a existencia dos povos, se originam tanto na pessima administração do governo, como na inercia dos governados; porque nos paizes em que a iniciativa individual tenha energia, nunca serão irreparaveis as feridas rasgadas pelo poder; e temos d'isso um exemplo frisante na Inglaterra, que lucrou, de certo, muito com as habeis administrações dos Peels e dos Russells, mas que não cairá n'um abysmo quando o acaso levar ás cadeiras do ministerio governantes incapazes de cumprirem a alta missão que lhes incumbe.

Não tratemos, pois, de desculpar-nos com o eterno estribilho dos portuguezes: «Se o governo...» O governo é, de certo, culpado e muito culpado da misera organisação da nossa instrucção publica; mas se o piloto dorme na hora do perigo, nem por isso a tripulação deve cruzar os braços, e se despregarem com afoiteza as velas, se mostrarem energia, dedicação, á causa commum, o piloto sentir-se-ha obrigado a tomar o logar que lhe compete, sob pena de se ver desprezado e desprestigiado, e responsavel aos olhos de Deus pelas desgraças que succederem.

A collaboração efficaz da iniciativa individual e dos esforços do governo tem sido a varinha magica com que a Inglaterra tem produzido prodigios. Mas o que é possivel tentar-se, o que é possivel fazer-se com estes quatro milhões de egoistas que habitam este canto do Occidente? O que é possivel fazer-se com estes homens que, depois de terem pago a sua contribuição (se se não poderam eximir a isso), acompanhando o pagamento com uma enfiada de epithetos injuriosos dirigidos a quem tem a desgraça de gerir os negocios publicos, se tal nome compete aos negocios de um paiz onde não ha... senão particulares, voltam para sua casa, e, entendendo que cumpriram amplamente o seu dever de patriotas, esperam tudo o mais do governo, e vociferam se este lhes não dá caminhos de ferro para as quintas, canaes para lhes regarem as hortas, sinos para a egreja, paramentos para a sacristia, educação para os filhos, e logares para os afilhados? O que é possivel tentar-se com estes homens que não comprehendem a politica senão debaixo do ponto de vista eleitoral, que não pensam em estudar as questões que lhes interessam a elles proprios, em apresentar o resultado dos seus estudos, em contribuir para que se ponham em pratica? O que se póde fazer com esta massa inerte de quatro milhões de homens que morrem á sêde a dois passos da fonte, se o governo não mandar encher o cantaro, e lhes não chegar a agua ao alcance dos labios?

Sejâmos justos; os governos mais habeis desmaiariam na tentativa de regenerarem um povo que protesta energicamente contre o proverbio francez «*Aide toi, le ciel t'aidera*». Se o marquez de Pombal conseguiu alguma coisa, foi porque teve uma classe que tirou do nada, cujos instinctos acariciou, e que em compensação o auxiliou poderosamente: essa classe foi a burguezia. Voltasse agora ao mundo, e veriamos se os barões e viscondes, descendentes dos seus tendeiros e algibebes, seriam capazes de alguma coisa mais do que dar uma esmola ostentosa de vinte ou trinta libras a algum estabelecimento pio!

(Continua) M. PINHEIRO CHAGAS.

CONSTANTINO

(REI DOS FLORISTAS)

Tão antigo e natural é o desejo de conhecermos até as minimas particularidades da vida dos homens que sobresáem do vulgo, que todos os povos tem o seu Plutarcho, quer seja nos livros, quer nos monumentos, nas estatuas ou na tradição oral.

A biographia é a estatuaria da historia, galeria immensa onde se alternam os vultos beneficos com os malevolos, para que a posteridade lhes faça justiça, segundo as acções que os levaram a esse pantheon.

O afamado artista portuguez, cujo retrato estamos vendo, tem já conquistado o logar que lhe pertence na historia dos homens illustres de Portugal. As linhas que vamos encher, são apenas o annuncio das paginas que no porvir se lhe hão de consagrar.

Constantino José Marques de Sampaio e Mello nasceu em Moncorvo, na provincia de Traz-os-Montes, a 18 de agosto de 1802.

Poucos mezes depois ficou orphão de pae e mãe, victimas de uma epidemia que assolou aquella provincia. Duas tias paternas o mandaram criar, e, quando chegou a edade conveniente, o entregaram aos frades do convento de S. Francisco de Moncorvo.

Constantino mostrou logo absoluta falta de vocação para a vida monastica; repugnavam-lhe as austeridades do noviciado, vivia mais na cêrca que no claustro, porque os frades eram mui dados á cultura das flores, e tinham um jardim onde criavam as mais raras e mimosas plantas.

Era alli que o violentado fradinho achava lenitivo ás mortificações da clausura; foi alli que a sua imaginação se desenvolveu; que elle começou a estudar a natureza nas formosas paginas da vegetação, e onde a sua alma de artista se revelou.

Estava proximo o termo do noviciado, e as tias de Constantino queriam que elle professasse. Tantos annos não haviam ainda conseguido o que poucos mezes alcançam, quando a vocação é espontanea, e a vontade firme e decisiva.

Todos os parentes se conjuraram para o obrigarem a tomar ordens; Constantino, para quem já era limitado campo de herborisação a cêrca franciscana, não podia condescender com os desejos dos seus parentes; foi rogado, ameaçado, mas não conseguiram demovel-o do proposito de saír do convento.

Então lhe declararam suas tias, que ou havia de ser frade, ou lhe fechariam para sempre as portas de sua casa.

Tudo foi baldado. Constantino pendurou o habito, saíu de Moncorvo, dirigiu-se a Viseu, e sentou praça no batalhão de caçadores 5, que então guarnecia aquella cidade.

Orphão, sem officio nem beneficio, engeitado dos

parentes, na flor da edade, abraçou a profissão das armas, que frequentemente nobilita e ampara os desherdados da fortuna.

Ainda bem não tinha vestido a farda quando rebentou a revolução de 1820 na cidade do Porto. Caçadores 5 propugnou sempre pela causa da liberdade constitucional; e quando o general Silveira, conde de Amarante, fez a contra-revolução de Traz-os-Montes, no anno de 1823, caçadores 5 foi um dos mais denodados corpos da divisão que bateu o general Silveira, perseguindo-o até ao interior da Hespanha, onde elle com suas tropas se havia refugiado. N'esta batalha foi Constantino feito cabo de esquadra por distincção.

A divisão liberal regressou a Lisboa; mas a esse tempo tinha já sido restaurado o governo absoluto, pelo que o batalhão de caçadores 5, como o mais perigoso para o novo governo, foi desarmado, e todas as praças remettidas para a ilha Terceira, que então governava o general Stockler.

Constantino seguiu a sorte de seus camaradas, e conservou-se na Terceira, até á tomada d'aquella ilha pelo conde de Villa Flor. A guarnição foi licenciada; e parte veiu para Lisboa. Constantino, logo que chegou, alistou-se no batalhão de voluntarios realistas de Villa Flor, e depois marchou para o cerco do Porto. Levantado este famoso assédio em 1833, Constantino veiu combater nas linhas de Lisboa; e seguiu o exercito realista até á convenção de Evora Monte, no posto de alferes porta-bandeira.

Foi elle um dos poucos que embarcaram em Sines com a comitiva do sr. D. Miguel, e aportou em Genova no mez de junho de 1834.

Se quasi todos estes infelizes emigrados iam pobres e á ventura, Constantino era dos mais indigentes.

Apenas levava comsigo um bracelete e uns brincos



Constantino, rei dos floristas

de oiro que lhe deixára sua irmã, victima da colera morbus em Santarem. Com o producto d'estas saudosas memorias, alugou um quarto no hotel da Aguia, que dentro em poucos dias teve de deixar, por se lhe haver acabado o dinheiro.

Percorrendo a cidade, parou defronte do mostrador da loja de mad. Vieillard, a primeira florista de Genova.

Tinha elle aprendido a fazer flores de pennas durante a sua residencia na ilha Terceira; e nunca se esquecêra de colher, pelas provincias que percorrêra, os exemplares mais raros e mimosos que se lhe deparavam.

Entrou, pois, na loja da franceza, e offereceu-se para fazer um ramo á moda das ilhas. Mas as flores de pennas não eram procuradas em Italia; pelo que mad. Vieillard apenas o empregou em lhe preparar as tintas para uma encommenda que n'esse dia recebêra.

Começava Constantino a desassombrar-se da miseria que o opprimia, quando o governador de Genova publicou um edital mandando sair da cidade todos os estrangeiros que não justificassem ter modo de vida conhecido. O nosso infeliz compatriota estava comprehendido n'esta proscripção, porque a florista franceza receou abonal-o. Apresentou-se ao governador, descreveu-lhe a sua situação, e logrou commovel-o a ponto de alcançar um subsidio em quanto se demorasse em Genova.

Foi então que elle se resolveu a ir procurar na capital do mundo artistico a confirmação do seu talento para a arte que desde a infancia se lhe sorríra, e que nunca desamou, apesar das repulsas e desdens que havia soffrido por tantas vezes.

Com uma carta de mad. Vieillard para mr. Flamet, fabricante de flores artificiaes em Paris, partiu em 1834 para França, que é hoje a sua patria adoptiva, e onde, de triumpho em triumpho, chegou a ser acclamado rei dos floristas.

II

Constantino chegou a Paris a 13 de dezembro de 1834, tendo visitado as principaes fabricas de flores de Turim e Lyão.

Todo o seu haver era uma pequena mala e 3 francos. Como não sabía uma palavra de francez, procurou o hotel de Portugal, mas ninguem alli fallava portuguez!

N'esse mesmo dia foi entregar a carta de recommendação que trazia para mr. Flamet, que o convidou a jantar, e lhe encommendou um ramo de flores

de pennas, no que já era insigne o nosso artista. Este primeiro ramo causou tanta admiração em Paris, que a guarda nacional o comprou a mr. Flamet para offerecer á rainha Amelia, consorte de Luiz Filippe.

Não deixou isto de causar inveja aos floristas parisienses, porque mr. Flamet, em vez de dar trabalho a Constantino, como lhe promettêra, o enviou a uma florista chamada Guérion, tão orgulhosa, depois de lhe dizer que em Paris havia floristas de mais, o aconselhou a que se deixasse de similhante profissão, em que nunca havia de fazer fortuna, e que melhor era ir para a Russia ser cozinheiro!

Mr. Chagot, a quem se dirigiu Constantino, fez-lhe uma encommenda de 300 francos de flores, que o nosso artista aprumptou a credito; mas, quando lh'a foi levar, Chagot rejeitou-lh'a. Humilhado por esta injustificavel recusa, e obrigado a vender as flores pelo preço que lhe offerecessem, apenas achou quem lhe désse 80 francos, o florista Lefort, que prometteu indemnisal-o do prejuizo se as podesse vender pelo seu valor. E com effeito, tres semanas depois, mr. Lefort foi a casa de Constantino, que trabalhava n'um sexto andar da rua de Cléry, e lhe levou 20 francos, além de lhe fazer uma nova encommenda.

Esta louvavel acção refere Constantino com agradecimento, e em abono da probidade do artista francez.

Não obstante a perfeição dos artefactos de Constantino, a fortuna não lhe era propicia. Tentára estabelecer-se, mas não achava socios nem capitaes. A um acaso, que podêmos chamar providencial, deveu elle o que não pôde conseguir com diligencias e instancias. Foi o seguinte.

Indo uma noite levar a mr. Lefort um ramo que lhe encommendára, perdeu-se no caminho. Dirigiu-se a um sujeito que ia passando, o qual não só o conduziu á fabrica de mr. Lefort, mas acompanhou-o a casa. No caminho, Constantino revelou-lhe as intenções com que viera a Paris, e as desillusões por que havia passado.

No domingo seguinte, o desconhecido foi a casa de Constantino, e offereceu-lhe uma somma para ajuda de poder trabalhar por sua conta, offerta que o nosso artista acceitou.

Um mez depois foi o mesmo individuo propor a Constantino uma sociedade para trabalharem em commum.

Desde então nunca mais mr. Isidore se separou de Constantino, e suppomos que ainda hoje é o contramestre da grande fabrica do rei dos floristas.

(Continua) A. DA SILVA TULLIO.

ABENÇOADA SEJA A FAMILIA!

(CONTO CÔR DE ROSA DE ANTONIO DE TRUEBA)

REFERIDO PELO AUCTOR A SUA MULHER

(Vid. pag. 7)

III

Disse que Cabia se encontrava na falda das montanhas que estão ao oriente do valle, e falta-me accrescentar que na base das montanhas oppostas, em frente de Cabia, alveja ainda a casa onde passei a puericia.

Compunha-se de parentes nossos a maior parte dos habitantes de Cabia. Todos os annos, no dia de Santo Antonio, minha mãe, já fallecida, levantava-se apenas ouvia o canto dos passarinhos nas arvores, cuja ramagem dava nas janellas, e nos despertava a meus irmãos e a mim.

Precisava geralmente chamar-nos meia duzia de vezes para que nos levantassemos; mas no dia de Santo Antonio, apenas nos chamava uma e logo estavamos de pé.

Viamos da janella erguer-se branquissima columna de fumo de cada chaminé de Cabia; e se escutassemos com attenção ouviriamos o alegre som dos tamboris e o não menos alegre dos sinos.

O fumo e o som tiravam-nos das nossas casas, e a muito custo podia minha mãe conseguir que estivessemos quietos em quanto nos lavava, penteava e enfeitava, porque a alegria que o tamboril e os sinos de Cabia infundiam em nossa alma fazia-nos saltar e brincar por mais que minha mãe nos dissesse:

—Verás, verás que açoite levas se não estás quieto!

Quando, cercando nossa carinhosa mãe, chegavamos a Cabia, encontravamos a aldeia vestida de gala... de gala o humilde mas formoso templo, de gala as casas, e de gala os habitantes.

Disputavam os nossos parentes o prazer de contarnos entre os convidados, não pelo nosso merecimento, mas pela natural bondade d'aquelles individuos; e o dia de Santo Antonio era para nós um dos mais felizes do anno, posto contassemos de menos meu pae, que raras vezes ia ás romarias, segundo elle dizia, porque não gostava d'ellas, e segundo eu depois comprehendi, porque, necessitando ficar alguem em casa, asseverava que não tinha n'isso prazer, a fim de que minha mãe não deixasse de ir á festa.

Os sabbados eram tambem dias muito felizes para nós, porque no sabbado não havia aula, e acordavamos sempre com a esperança de que nossos paes nos deixariam ir passar o dia para Cabia.

Apenas nos levantavamos, minha mãe via-nos fallar em segredo, e ainda que não ouvisse de que tratavamos, adivinhava-o, sorria-se e fazia-se dissimulada. A conversação entre nós limitava-se ao seguinte:

— Rapazes, vamos dizer á mamã que nos *deixe*... (não havia necessidade de accrescentar para que nos havia de deixar).

— Sim, sim, vamos dizer-lhe.

— Dize-lh'o tu.

— Não me atrevo.

— Tambem eu não.

— Se lh'o disseres, dou-te a minha pélla.

— Não digo, porque ralhará comnosco.

— És medroso.

— Mais medroso és tu.

O projecto de pedir a minha mãe que nos deixasse ir a Cabia ficava de parte; não perdiamos, todavia, a esperança de ir a Cabia no domingo.

Durante o sabbado, a cada ruido que sentiamos occorria-nos logo o nome de Cabia para que a mamã o ouvisse.

— Ha nos bosques de Cabia grande queimada! Se terá communicado fogo á herdade do tio Ignacio?

Minha mãe fazia-se desentendida.

— Deve estar ámanhã muito bonito em Cabia o jogo de espadas que alli se faz quando sae a procissão!

Minha mãe não ouvia.

— Haverá danças! E isto ha de ainda ser mais bonito!

Minha mãe dizia:

— Ao outro ouvido.

— Concorrerá muito povo ámanhã a Cabia, porque os provincianos jogam á pella uma onça.

— Já é! — exclamava por fim minha mãe. Tendesme atormentado com Cabia! Vão, vão para lá, e veremos se não regressam.

Lançavamos então os bonés ao ar, dando saltos de alegria e corriamos a bom correr.

— Mas onde vão, nos gritava minha mãe, com essas camisas e essas caras, que parecem carvoeiros? Ora vejam que doidos! Ainda que nos matassemos, diriam todos que não tinham mãe solicita. Dê-nos Deus paciencia para com estas creaturinhas!

E assim dizendo, minha mãe enfeitava-nos como uns brinquinhos, e accrescentava despedindo-nos com um beijo:

— Ide com Deus, rapazes, que me haveis de tirar a vida! Podeis despedir-vos de Cabia, que ha de chover antes que torneis lá.

Se chovia antes do immediato domingo, cumpria-se a predicção de minha mãe; mas se não... minha mãe não se acreditava como prophetiza.

Certo sabbado do mez de agosto, chegámos a Cabia ás quatro horas da tarde, apesar de que o calor fôra tão grande n'aquelle dia, que vimos litteralmente tisnadas as peras nas pereiras que dão sobre a estrada que conduz da ermida de S. Roque á aldeia.

Recordo-me muito bem de tudo isto, não obstante contar apenas dez annos.

Havia debulha na eira de Cabia.

As égoas, que tinham terminado a sua tarefa, comiam boa ração atadas aos troncos das arvores immediatas á eira, e os debulhadores, que tinham dormido a sésta depois de jantar á sombra das mesmas arvores, começavam a levantar-se resmungando, porque D. João de Urrutia lhes gritava da janella:

— Vamos acima, que já é hora de trabalhar!

Seguindo o costume que ha n'aquelle paiz de se auxiliarem mutuamente os visinhos nos trabalhos que requerem muitos braços, todos os visinhos de Cabia, assim mulheres como homens, assim anciãos como rapazes, foram apparecendo na eira providos de forquilhas, alviões e outros instrumentos para ajudar a recolher o debulho.

Pozeram todos mãos á obra, os homens separando a palha com as forquilhas e amontoando o trigo no centro da eira com os alviões, as raparigas conduzindo a palha ao palheiro de D. João de Urrutia, e as mulheres varrendo o trigo que iam entornando os alviões.

Tambem os rapazes trabalhavamos... dando voltas sobre a palha, embora D. João, que presenciava a empreitada, nos gritasse de vez em quando, lançando mão da arreata das égoas:

— Tirem-se d'ahi, rapazes do demonio!

A conversação era animada na eira; mas a animação foi augmentando quando começou a notar-se um delicioso aroma de carne de porco frita, que vinha da casa de D. João, e este, respondendo ás interpellações indirectas que se lhe faziam, annunciou que em seguida áquelle aroma appareceria uma deliciosa perna frita com toda a perfeição, e quatro cantaros do melhor vinho da sua adega.

Feliciana, uma das raparigas mais formosas da aldeia, poz á cabeça um mólho de palha, auxiliada por Antonio de Molinar e Bento, o criado de D. João; porém o mólho pesava tanto que a pobre rapariga teve que lançal-o em terra a poucos passos da eira.

— Devias ter rebentado! — disse-lhe Antonio cheio de cólera.

— Jesus, que lingua! — exclamaram as mulheres.

— E seria bom, visto que se empenha em carregar sobre posse, replicou Antonio, mostrando-se ainda mais encolerisado.

— Mais carregarás tu dentro de pouco, disse D. João.

— Eu?

— Sim. O matrimonio sempre pésa mais que um mólho de palha.

— Se o matrimonio é como Deus o manda, não senhor; respondeu Antonio já quasi tranquillo.

Feliciana sorriu-se e olhou Antonio com especie de gratidão.

— Então Feliciana vae casar-se em breve com Antonio? — perguntou uma das visinhas.

— Lê-se ámanhã o primeiro proclama, respondeu o prior, da porta da egreja onde apparecêra.

Feliciana baixou os olhos córando.

— Tem mau gosto, sr. prior! — disse D. João.

— Olhem como elle aconselha!... — exclamaram ou pensaram todas as mulheres presentes. Guarde para si essas idéas, pelo amor de Deus; e já que se não casa, deixe que outros façam a sua vontade.

— Mas eu faço-lhes com isso grande bem.

— Não sou d'esse parecer, sr. D. João, replicou o prior. Póde v. exc. permanecer solteiro todo o tempo que lhe aprouver; mas offende a Deus e á sociedade defendendo o celibato.

— Aqui está Juancho, que póde sentenciar este pleito, disse D. João, mostrando um velho que para descançar accendia o cigarro, sentado na margem da eira. Teve já tres mulheres, e com ellas viveu como o cão com o gato.

— É verdade, respondeu Juancho. Saíram-me todas de mau genio. E por isso é que nunca houve na miminha casa senão desavenças.

— Ora vejam, disse o prior, como se attribue ao matrimonio o que só é effeito do mau caracter, da má indole, ou da falta de prudencia dos que o contrahem!

— Da prudencia de Antonio não formo muito boa idéa.

— E por que?

— Porque Antonio se apregoa ámanhã.

— Não nos tire o animo, sr. D. João! — exclamaram as mulheres, e D. João continuou:

— Em quanto ao genio de Antonio... o panno conhece-se pela amostra.

— Sim, disse uma das visinhas, Antonio tem genio inflammavel como a polvora; mas Feliciana é uma joia abençoada, e aposto que antes do anno porá o marido mais macio que o veludo.

— Tem razão, Antonia, disse o prior. A mulher affavel, prudente e boa, consegue facilmente imprimir o seu caracter no marido irrascivel, turbulento e mau.

— Pois, senhores, disse Antonio, que se abstivera de entrar n'aquella especie de discussões: podem dizer o que quizerem do matrimonio, porém eu, embora seja um pobre rustico, fiz tambem os meus calculos, e resolvi que o matrimonio, sendo como Deus o manda, é uma grande coisa. Um individuo caminha por essa malfadada estrada da vida com a alma e o corpo carregados, e carece de alguem que, por affecto e dever, o ajude a levar a carga, sob pena de cair no caminho ou fazer a jornada aos trambulhões. Dispoz Deus que o homem procure por companheira a mulher, e a mulher por companheiro ao homem; e Deus foi mais sabio que Salomão, porque disse para comsigo: com o elo que prende a mulher ao homem, e com o elo que prende o homem á mulher, apertar-se-ha a cadeia que nada quebrará, e d'este modo andarão ambos levando cada um metade do peso.

— Cala-te, homem, cala-te, não digas tolices, disse D. João.

— Parece-me que o sr. D. João é quem as profere, e não elle, replicou Antonia, tornando-se echo do que pensavam e murmuravam os circunstantes, e particularmente as mulheres.

— Antonia tem tanta razão como Antonio, ajuntou o prior. O matrimonio e a familia, que é a sua consequencia, são tão necessarios ao individuo como á sociedade.

— Pois eu, sr. cura, continuo a...

— Que obstinação, santo nome de Jesus! — exclamaram as mulheres pela boca de Antonia. Quererá v. exc. saber mais que o sr. prior?...

— Desculpe-me o sr. prior; mas o que sei é que, apesar de ser homem como o primeiro, não reconheço essa necessidade que o reverendo prior e todos aqui com elle proclamam. Tendo, como tenho, dinheiro, tenho egualmente criados que me ajudam a levar a carga que me indicam, e importam-me pouco a esposa,

a familia e todas as coisas que vossês julgam tão necessarias.

— Arrepender-se-ha...

— Arrepender-me?...

— Tão certo como chamar-se D. João de Urrutia.

— Não me chamo assim; o meu nome é *João Palomo*.

— Só o guiso e só o como.

— Exactamente.

Uma mulher, sêcca e alta como um espinafre, assomou á janella da casa de D. João.

— Bento! — disse, vem buscar a merenda, que já está prompta.

Bento lançou-se a correr, e todos, menos o reverendo prior, que não quiz esperar para participar d'ella, formaram roda no campo, cheios de alvoroço, dispondo-se para a merenda.

Instantes depois chegaram Bento conduzindo um cantaro com vinho, e a mulher sêcca, que era Ambrosia nem mais nem menos, a governante de D. João, trazendo um grande cesto com a merenda.

Foi esta alegre como paschoa florida.

O vinho concorreu para que repetidas vezes chamassem João Palomo a D. João de Urrutia, e que Juancho lembrasse que Ambrosia, apesar de ser santa, não encontrára um desgraçado que lhe désse a metade da carga, ao que Ambrosia para logo respondeu:

— Vossê tambem é bom homem...

(Continua) BRITO ARANHA.

ESTUDOS DA LINGUA MATERNA

70.º

(Vid. pag. 8)

13.º— Esse sentimento particular que nos manifesta e aprecia a belleza chama-se *gôsto*.— M. 45.

Parece-me duvidoso que um sentimento aprecie, embora possa servir, e até seja necessario, para a apreciação. Tanto isto é verdade, que para um *gôsto delicado e firme*, em litteratura, por exemplo, não basta a disposição da natureza ou o sentimento, se não houver juizo recto e boa educação litteraria. *Ego nec studium* (dizia o bom mestre Horacio) *sine divite venâ, nec rude quid prosit video ingenium*.

R.—Vid. o artigo a este respeito a pag. 237 do vol. IV.

14.º— Quando nos são conhecidas pelo senso intimo. — A. 33.

Será melhor *quando as conhecemos?*

R.— É como se deve dizer.

15.º— A maior parte de nossos juizos.— A. 53.

Não sei por que gôsto mais de dizer *dos nossos juizos*, posto que nos classicos se encontra a cada passo de um e de outro modo.

R.—Pois sigam-se os classicos, e use-se de qualquer d'estes modos, segundo convier.

16.º— Se prescindirmos da evidencia, a verdade *é* impossivel para nós. A. 55.

Eu acho melhor grammatica *será*.

R.—E é.

17.º— Poder-se-ha dizer problema *disputado* entre os philosophos, em vez de *discutido?*

R.—Póde. Com a differença que *disputar* tem principalmente a accepção de *contestar*, *contrariar*; e *discutir* a de *demonstrar*, *comprovar*, *examinar*, etc.

18.º— Esta theoria não se accorda com...— A. 65.

Será puro *accordar?*

R. — É. Mas para evitar a collisão que produz o som de *s'accorda*, deve-se variar de verbo, dizendo: não *concorda*, ou, não *se concilia*, etc.

19.º— A philosophia deve estar ao alcance de todas as luzes.— M. 5.

A minha duvida é nas *luzes*.

R.— Devia dizer: ao alcance de todos os *entendimentos*, *intelligencias*, etc.

20.º— Independente de toda outra.— M. 14.

Toda outra em logar de *outra qualquer* será legitima phrase?

R.— É espuria e inadmissivel.

21.º— A relação de conveniencia ou de sociabilidade entre as qualidades, etc.— M. 16.

A minha duvida é no *sociabilidade*.

R.— Duvida com razão; e é muito sisudo em não se rir do desconchavo.

22.º— Tanto o movimento como o repouso póde...— M. 31.

Seria melhor *podem?*

R.— É como deve concordar.

23.º— Estas palavras de Rousseau: «*Dirons nous que l'histoire de l'Evangile est inventée á plaisir*».

Estarão assim bem traduzidas: «Diremos nós que a historia do Evangelho é inventada *a gosto?*»

R.— A *belprazer*, traduzem os nossos bons auctores.

24.º— Não será gallicismo a palavra *accordo* n'este exemplo: submetter ao exame da razão o accordo (isto é, conciliação) dos attributos divinos?

R.— Não é.

25.º— Cumpre que o culto seja sincero, *ou elle* seria uma hypocrisia.

Será bom portuguez?

R.— Não senhor, é bom francez.

26.º— Poder-se-ha dizer: *considerando-se o mais forte* em vez de *julgando-se o mais forte?*

R.— Póde.

27.º— Está em uso dizer-se: *não é provado* em logar de *não está provado?*

R.— Ha casos em que se póde variar o tempo do verbo.

28.º— De *mais em mais* em logar de *cada vez mais* é portuguez?

R.— Portuguezissimo.

29.º— *Em quanto* póde entre nós ter a significação de *pois que* ou *no caso de?* Ex.: A philosophia *em quanto* se póde considerar a primeira das sciencias é a mais util de todas; a philosophia *em quanto* bem estudada concorre, etc.

R.— Isto é pura algaravia.

30.º— O estado da instrucção elementar entre nós exige que os compendios sejam compostos em linguagem vernacula.

E se a instrucção estivesse n'outro estado?

R.—Talvez o auctor aconselhasse que se compozessem em linguagem hebraica!

31.º— Nenhum viajante tem referido que a crença em Deus tenha começado.

A minha dúvida é no *tenha começado* depois ao *tem referido*.

R.— Isto prova o uso afrancezado de metter verbos auxiliares onde a lingua portugueza prescinde muito bem d'elles.

32.º— Dever-se-ha dizer *para um e mesmo fim*, ou *para um e o mesmo fim?*

R.— Em ambos os casos é batologia.

33.º— A sciencia *a* mais universal...

Eu julgo o segundo *a* escusado, e estava capaz de lhe chamar gallicismo.

R.— Póde-lh'o chamar afoitamente.

34.º— Poder-se-ha dizer que *não faltam litteratos para compor compendios de philosophia?*

R.— E accrescentar-se, que não faltam philosophos para fazer romances, para assim ir tudo baralhado.

35.º— *Formar-se-ha idéa* será gallicismo?

R.— Não, senhor.

(Continua) SILVA TULLIO.